



O capital e os livros: os negócios da família Cardoso Ayres e o desenvolvimento da atividade livreira no Recife (1830-1855)

Capital and books: the business of Cardoso Ayres family and the development of bookselling in Recife (1830-1855)

Danielle Christine Othon Lacerda¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é investigar as características do negócio do livro desenvolvido na cidade do Recife na primeira metade do século XIX. Tendo como base na trajetória do português João Cardoso Ayres e o negócio familiar da livraria, procuramos explorar as suas práticas comerciais para entender a dinâmica das primeiras lojas de livros e a constituição de um campo, ao se distanciar do amadorismo e se concretizar no contexto de formação do mercado de livros no Brasil Império. A partir do cruzamento de fontes diversas, como anúncios de jornais e o inventário do patriarca da família Cardoso Ayres foi possível perceber que os primeiros momentos do negócio do livro se assentaram na empresa familiar, no *modus operandi* europeu e na formação de uma rede comercial internacional na importação de livros. E que a diversificação dos negócios pode ser uma das explicações para a sustentabilidade do comércio de livros no século XIX.

Palavras-chave: Mercado livreiro. História do Livro. Recife.

ABSTRACT: The objective of this work is to investigate the characteristics of the business of book developed in the city of Recife in the first half of the 19th century. Based on the routine of merchant João Cardoso Ayres and his family business of the bookstore, we sought to explore their commercial practices to understand the dynamics of the first book stores and the constitution of a field, as it distanced itself from amateurism and materialized in the context market in Brazil Empire. From the intersection of different sources, such as newspaper advertisements and the inventory of the patriarch of the Cardoso Ayres family,

¹ Doutoranda e Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com ênfase em História de Empresas. Email: daniellelacerda@yahoo.com.br



it is possible to see that the first moments of the book business were based on the family business, on the European *modus operandi* and on the formation of an international commercial network importing books. And that the diversification of businesses can be one of the explanations for the sustainability of the book trade in the 19th century.

Keywords: Book Market. History of Books. Recife.

Introdução

Nas últimas décadas, temos observado um grande esforço empreendido, por parte de vários pesquisadores, na intenção de esmiuçar a difusão dos livros durante o Brasil Império. Dentre estes trabalhos, nota-se com atenção uma relevante produção, embora recente, sobre o circuito produtivo e comercial do livro e o papel dos intermediários neste contexto².

Esta perspectiva situa-se no campo historiográfico da história do livro e segue a proposta de compreender o universo dos livros sob o olhar interdisciplinar ao cruzar a abordagem cultural, social e econômica. Esta tendência tem como marco a obra de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, *L'Aparicion du Livre* (1958). De caráter inovador, esta síntese inaugura uma nova maneira de observar o objeto livro e seu conjunto de impactos nas sociedades. Ao enfatizar o caráter mercadológico e a constituição de um mercado com o surgimento do livro impresso, Febvre e Martin deslocam-se pelas operações necessárias que propiciaram a criação e apropriação do livro impresso, assim como o agrupamento de agentes em torno do mundo do livro.

Estes agentes, também chamados de “gentes de livro”, são aqueles responsáveis pelo processo produtivo e distribuição até chegar às mãos dos consumidores. Estes intermediários do livro se inserem entre o trabalho intelectual do autor e a recepção do livro pelos leitores. A inovação dos autores franceses, estabeleceram uma nova visão acerca do livro. Até aquele momento, os estudos relacionados ao livro estavam

² Destacam-se os trabalhos de Aníbal Bragança sobre a trajetória do empresário português, o livreiro e editor Francisco Alves que se estabeleceu como um dos principais impulsionadores do mercado editorial brasileiro em meados do século XIX. Outros trabalhos interessantes são da historiadora Ozângela Silva e o mercado editorial de Fortaleza na segunda metade do Oitocentos.



alicerçados nas análises bibliográficas e na teoria literária, em que o foco estava direcionado à livros raros, autores e obras clássicas.

A renovação historiográfica dos *Annales*, grupo de historiadores que Febvre e Martin faziam parte, instigaram à percepção das lacunas quanto à cultura popular e aos sujeitos colocados à margem da história. É neste contexto que os profissionais do livro e suas intervenções ganham espaço e relevância, principalmente a partir dos trabalhos como do historiador francês Roger Chartier e o bibliógrafo Donald McKenzie, que permitiram a compreensão de que os textos estão atrelados à sua materialidade.

Para Chartier (2004), para analisar a dimensão da difusão e apropriação dos textos na sociedade, é preciso considerar com um dos pressupostos básicos que o texto apenas existe se estiver em um suporte, sem isto, o texto está na mente do escritor. Este suporte, pode ser um livro, um folheto ou mesmo um tablet. Enquanto para McKenzie (2018), as intervenções na escrita, na tradução, na tipografia levam à diferentes maneiras de compreender um texto. Concordando com McKenzie, Chartier (2004) destaca o papel do editor-impressor como elemento fundamental para entender os modos como o texto era recepcionado. Tema, amplamente, discutido na obra de Febvre e Martin ao cotejar o aparecimento do livro impresso com a escrita manuscrita sob o ponto de vista da materialidade da escrita.

Esta maneira de observar os livros escapa à ideia de que os livros e autores populares, assim como qualquer tipo de obra não seriam importantes o suficiente para enfrentar um estudo analítico, ressaltada pelos estudos bibliográficos. Na verdade, a história do livro percebe estes profissionais que participam da composição e distribuição do livro como elementos fundamentais para desenhar as suas implicações na Sociedade Ocidental. Mais ainda, ao aprofundar sobre as atividades e processos desenvolvidos pelas “gentes do livro”, foi possível pintar um quadro bastante complexo sobre a trajetória do livro como objeto, buscando compreender as interconexões entre as diferentes dimensões (econômica, cultural e social) para fazer chegar o livro até o seu consumidor final, o leitor.

No Brasil, a história do livro nasce atrelada à história da imprensa, aproximando-se naquilo que o historiador norte-americano Robert Darnton sugere como uma “história



social da comunicação”, sob a qual o livro se insere como um dos suportes. Afinal, “sua finalidade é entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos (DARNTON, 1990, p. 109).

Seguindo este caminho, ressaltamos a importância da imprensa na difusão dos livros e da leitura no século XIX no contexto brasileiro. Inicialmente, adentrar neste mundo dos livros, seja para analisar a circulação e recepção de uma obra literária ou analisar o desenvolvimento da atividade editorial, convém situar esta interação no arcabouço desta pesquisa.

No Brasil colônia, pesquisas indicam uma movimentação no trânsito de livros bastante relevante, considerando a proibição da atividade de impressão e a restrita circulação de livros implementada pelo controle pombalino e mantido no reinado de D. Maria I. A Real Mesa Censória e seus órgãos de controle mantinham sob vigilância a entrada de livros na colônia. Interessante notar que apesar dos registros poucos lisonjeiros de visitantes estrangeiros como Henry Koster ao se referir à pouca instrução dos brasileiros, ainda assim, a nobreza portuguesa deve ter se surpreendido com a existência de duas livrarias.

A assinatura do Decreto 2 de março de 1821, que permitiu a atividade de impressão, aparentemente pode não ter provocado de imediato o crescimento do número de livrarias como aponta Laurence Hallewell. Em seu levantamento, existiam 16 livrarias na cidade do Rio de Janeiro em 1820, enquanto em 1823, portanto logo após a permissão da impressão e circulação de livros contava-se 13 livrarias, um número menor.

Esta aparente indiferença, não reflete o crescimento relevante do número de tipografias na cidade. Com o surgimento de importantes jornais que se estabeleceram como principais de comunicação, é possível inferir a expansão da prática de leitura e circulação dos livros que atendia todo o tipo de interesse. Tal fato está relacionado com o crescente volume de anúncios de livros observado nas páginas dos jornais, assim como a melhoria da qualidade destes anúncios que pareciam aumentar em número de linhas e no detalhamento dos livros anunciados.



Além disto, é possível traçar um paralelo com a aparição, pela primeira vez no Brasil, do popular romance-folhetim, a nova modalidade literária, difundida na França e que tomava as páginas diárias dos jornais. O romance-folhetim era uma forma de publicar uma narrativa literária, repartida em capítulos que eram publicados na rubrica “folhetim” do periódico. Célebres romancistas passaram a escrever para os jornais, como Alexandre Dumas e Eugène Sue. A febre do romance-folhetim estimula inúmeros escritores a trabalharem para os jornais, tornando-se bastante populares, tal como suas obras. Era comum as tipografias de jornais publicarem os romances em livro para dar continuidade à popularidade da obra. Grandes editoras em Paris se beneficiaram com a transposição dos folhetins em formato de livro, dos mais baratos, as brochuras, a edições em capa dura e encadernações de luxo.

No Brasil, o romance-folhetim surge em 1838, com a publicação do romance O Capitão Paulo, sucesso de Alexandre Dumas. A tradição da popularidade do romance-folhetim ganha espaço nos jornais brasileiros e nas livrarias. É na década de 1840 que se nota um maior fluxo de anúncios de livros, com uma maior envergadura dada aos romances, muito embora livros instrutivos e técnicos ainda eram bastante divulgados.

Muito mais do que observar apenas os livros que eram vendidos, interessa-nos desviar o olhar para a maneira como os livreiros, proprietários de lojas de livros, erguiam-se diante dos desafios de manter o seu negócio no contexto de um Brasil pouco letrado e uma camada média com poucos recursos para adquirir livros. Grande parte dos estudos sobre o negócio livreiro se situa no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, reconhecido como centro de difusão cultural, muito mais pela sua centralidade político-administrativa do que pela exclusividade na atividade de comercialização de livros e impressos. Basta deslocar-se pelas importantes praças comerciais das províncias. O trânsito intenso de mercadorias nas atividades de importação e exportação que proporcionava a manutenção e a construção de redes de conexão com importantes centros urbanos europeus, estimulava a vinda de imigrantes que buscavam construir uma nova vida.

O desempenho do próspero comércio no porto do Recife no século XVIII atraiu inúmeros imigrantes portugueses, grande parte resultado do processo de Restauração da autonomia de Portugal após 60 anos de unificação entre as Coroas espanhola e



portuguesa. Segundo Rezende (2005), é notável o crescimento demográfico do Recife logo na primeira metade do século XVIII. Avalia-se que em 1711, moravam 16 mil pessoas chegando a contabilizar 25 mil moradores em 1745. O comércio açucareiro era o grande atrativo para a vinda de portugueses, após a expulsão dos holandeses, assim como o lucrativo comércio de cativos.

A veia comercial do Recife assume o protagonismo e estimula o desenvolvimento urbano no século seguinte. A dimensão do mascate está associada ao comércio de grosso trato das negociações do açúcar no comércio internacional. A negociação desta *commodity* necessitava de um elo entre os produtores, os donos de engenho, e o mercado exterior. Este intermediário, autorizado pela Corte portuguesa nesta atividade de mediação, era o trapicheiro ou comissário que, segundo Furtado (2003) foi um dos maiores beneficiários da lucratividade da indústria açucareira.

Tal fato, ilustra a prosperidade comercial do porto do Recife e as possibilidades dos comerciantes lusitanos participassem dos frutos da ascensão social. Nesta esteira, os mascates do comércio varejista também se beneficiava com o crescimento urbano por abastecer a cidade com todo o tipo de mercadoria, dos gêneros de primeira necessidade aos artigos de luxo, para atender às necessidades cotidianas dos habitantes.

O crescimento urbano e econômico da cidade do Recife motivou a mudança da capital da província de Pernambuco, Olinda. Em 1827, Recife é elevada à condição de capital e representada pelas freguesias mais importantes, Recife, onde se localizam as fortificações e a praça do comércio, Santo Antônio, onde fica o palácio do Governo, as principais igrejas, uma destinada aos brancos, e a outra, aos negros, e Boa Vista, freguesia onde habitam os ricos comerciantes, arrodados de igrejas, conventos e habitações elegantes. Estas freguesias, atuais bairros do Recife se ligam por três pontes principais: a atual ponte Maurício de Nassau, que liga o bairro do Recife com a região de Santo Antônio, inaugurada pelo então conde Maurício de Nassau em 1644, e as pontes da Boa Vista e a ponte Princesa Isabel que ligam o bairro de Santo Antonio ao bairro da Boa Vista.



Na visão de Scully e Almeida Carlos (MENDONÇA, 2011), o Recife se desloca para o terceiro lugar em grau de importância no Império. O desenvolvimento da cultura algodoeira na região irá superar o açúcar em exportação na segunda metade do século XIX, destacando o fim da dependência econômica do açúcar. Cumpre destacar o papel do porto do Recife no desenvolvimento urbano e social. O trânsito intenso para o exterior de açúcar e algodão e a importação de carne, produtos industrializados e as novidades que chegavam da Europa que eram escoadas pelo resto da região.

O predomínio da comida e de hábitos estrangeiros fazia parte do cotidiano dos moradores, resultado da mediação cultural proporcionada pelos imigrantes europeus e por parte da elite pernambucana que viajava e estudava na Europa. No Brasil, os estrangeirismos, principalmente de origem francesa era notado por diversos estrangeiros que visitam e exploravam a jovem nação brasileira. A inglesa Maria Graham (1956), em uma de suas viagens ao Brasil, notou como os brasileiros assimilaram os hábitos europeus, como consumir produtos estrangeiros, comida, remédios, perfumes, itens de decoração, moda e novos tipos de entretenimento.

Em sua primeira passagem pelo Brasil, desembarcou em Pernambuco em 24 de setembro de 1821, durante o estado de sítio que a cidade vivia devido ao levante dos nativos contrário ao governo português que viria a destituir o atual governador da província Luis Rego Barros. Para Graham (1956, p.109), a impressão sobre Recife “é de uma localidade singular, adequada ao comércio”. E mais a seguir em seu relato, a inglesa, futura preceptora de Maria da Glória, primogênita de Pedro I, notava a grande trânsito de barcos de “todas as nações” e espantava-se com a beleza da paisagem ao entrar no porto do Recife.

A vocação mercantil da cidade, associado ao crescimento urbano, o trânsito de estrangeiros, a necessidade de instrução, a vinda de imigrantes e o interesse pelas novas ideias que circulavam na Europa pode ter sido estímulos para o desenvolvimento do comércio de livros na cidade. Num primeiro momento, os livros chegavam pelas mãos de mercadores-livreiros, negociantes que recebiam encomendas de uma clientela bastante restrita da Capitania de Pernambuco, como clérigos, pesquisadores e naturalistas enviados



por Portugal, professores atentos à instrução de crianças e jovens e homens letrados que atuavam no funcionalismo público.

Em uma das poucas pesquisas sobre a circulação de livros em Pernambuco no período colonial desenvolvida pela historiadora Gilda Verri (2005), esta demanda assentava-se em petições destinadas à autorização pela Mesa Censória. Nas relações de livros, constavam assuntos diversos, como dicionários, almanaques, atlas, Teologia, Literatura, Direito, Filosofia, História, manuais e entre outros. Na década de 1820, encontram-se registros do comércio de livros em lojas especializadas, as livrarias, mais conhecidas como “lojas de livros”. Muito embora vendessem um variado sortimento de gêneros, como pentes, folhinhas, chapéus, entre outros, o proprietário da loja de livros marcava seu lugar no mercado como um local próprio para adquirir livros. Importante destacar este aspecto, porque livros também poderiam ser vendidos por particulares, em leilões, outros tipos de vendas.

Embora autores tenham afirmado que as primeiras lojas de livros no Recife só tenham existido só a partir da década de 1840, contestamos esta ideia ao evidenciar no *Diário de Pernambuco* no decorrer de 1827, vários anúncios de lojas de livros.

A figura 1 apresenta um dos anúncios publicados pela *Loja de Livros defronte ao Palácio*. Era bastante comum os livreiros divulgarem a loja atrelando a categoria do seu negócio a um ponto de referência ou à rua que estava localizada. A referência ao Palácio mencionado no anúncio em questão foi uma forma de fazer com que os consumidores pudessem encontrar a loja facilmente. Este local é o Palácio do Governo, localizado na rua do Collegio, onde se localizariam muitas livrarias e tipografias nas décadas seguintes.



Figura 1. Anúncio da Loja de Livros defronte ao Palácio

**7 Na Loja de Livros defronte de Pa-
lacio se acha a venda alem de muitos
mais livros que nella existe, agora
chegados de Lisboa varios Livros Por-
tuguezes de diversas qualidades, Li-
vros Francezes Estoricos e Instrutivos
Cartas Geograficas, das quatro partes
do Mundo, e Cartas particulares, Glo-
bos Terreste e Selestes pequenos e
grandes, Papel Imperial de Olanda Al-
maço e de pezo de diferentes qualida-
des.**

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 14 de maio de 1827, ed. 102, p. 3

Já no anúncio publicado de 30 de junho de 1829 (Figura 2), podemos observar a existência da Loja de Livros no Pateo do Collegio, possivelmente de propriedade dos sócios Dourado & Irmãos, que ira se manter por mais duas décadas neste mesmo endereço.

Figura 2. Loja de Livros no Pateo do Collegio

Annuncio.

EM o dia 2 de Julho sahe a luz hum
Periodico denominado = O Constitucional
= que ficará sahindo em as Segundas, e
Quintas feiras de todas as Semanas; quem o
quizer assignar podera dirigir-se em o Bair-
ro da Boa vista em a Loja do Bandeira N.º
55 no Aterro, e no de S. Antonio em a Bo-
tica D. 15 na rua Nova, e Loja de Livros,
no Pateo do Collegio, a preço de 640 men-
saes, em as quaes taõbem se vende a vulso,
a preço de 80 rs. cada huma.

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 30 de junho de 1829, ed 136, p. 2



Portanto, nota-se um promissor comércio de livros que se formalizava por meio das lojas de livros que se espalhavam pelos principais bairros da cidade do Recife na primeira metade do século XIX. Neste sentido, o objetivo trazer algumas reflexões sobre o desenvolvimento do negócio do livro na cidade do Recife, então capital da Província de Pernambuco na primeira metade do século XIX, notas de pesquisa de doutorado ainda em curso³.

Para tanto, direcionamos nossa atenção para o papel do negociante português João Cardoso Ayres e o negócio familiar da livraria neste processo. A sua loja de livros foi um dos primeiros comércios varejistas especializado na venda de livros, alguns autores acreditam que tenha sido a primeira loja de livros no Recife (SETTE, 1945) numa época em que o cenário de produção e vendas de livros ainda estava por se firmar e consolidar no contexto do mercado editorial brasileiro.

Neste sentido, optou-se em acompanhar a trajetória de João Cardoso Ayres e as práticas comerciais aplicadas na condução da loja de livros, no intuito de observar as estratégias utilizadas na gestão do negócio livreiro, comparar com as práticas de outros livreiros contemporâneos, bem como tentar traçar um perfil do negociante de livros e suas redes de conexões.

A sucessão familiar na administração dos negócios permitiu que a loja de livros se mantivesse em atividade após o falecimento de João Cardoso Ayres em 1844. Nas mãos dos filhos, a livraria manteria a boa reputação e seria reconhecida como espaço de sociabilidade.

Esta análise permitiu explorar novas possibilidades de compreensão das dinâmicas do complexo negócio do livro iluminando a paisagem que se formava no contexto pernambucano em linha com a expansão dos principais centros editoriais na Europa e as conexões com o Rio de Janeiro, cidade-sede imperial.

³ O objetivo da pesquisa é investigar o desenvolvimento do negócio do livro na primeira metade do século XIX, tecendo uma comparação entre a atividade livreira no Rio de Janeiro e no Recife. Esta pesquisa é financiada pela Capes.



Para tanto, o percurso da pesquisa pauta-se no cruzamento de informações ao se apoiar, principalmente, em duas fontes, o inventário post-mortem de João Cardoso Ayres e principalmente, nos periódicos da época.

O inventário aponta o legado patrimonial deixado no momento de sua morte, como investiu seu patrimônio e as conexões sociais constituídas. Já os periódicos retratam tanto o cotidiano da atividade comercial do livreiro por meio dos anúncios de livros, como a sua participação na sociedade e a sua presença nas listas de negociantes em almanaques.

Este trabalho segue os pressupostos da história do livro ao compreender o livro como uma mercadoria inserida nas práticas capitalistas, ao mesmo tempo que percebe o livro como objeto cultural indispensável ao desenvolvimento intelectual e informacional das sociedades. Apoiar-se ainda no método de busca nominal para entender as estratégias individuais e coletivas dos homens do livro nos princípios do desenvolvimento da atividade livreira.

A Loja de Livros do Cardoso Ayres

Por volta da madrugada num sábado de verão de 1871, ouviam-se gritos e correria de moradores e pessoas que chegavam nas proximidades da rua Marquês de Olinda, antiga rua da Cadeia Velha, uma das principais ruas do bairro do Recife. A confusão devia-se ao incêndio que consumia dois sobrados vizinhos. Um destes, era a loja do seu Cardoso Ayres, como se costumava chamar. Por sorte, as famílias que viviam nos andares superiores dos prédios saíram ilesas.

Os detalhes noticiados pelo *Diário de Pernambuco* na edição de 30 de janeiro relatavam a fatalidade ocorrida. O foco do incêndio teve início na palha que existia no térreo do sobrado localizado no número 29 e logo consumiu os demais andares, pois não havia água nos chafarizes e a demora na chegada dos bombeiros. Grande parte da mobília das famílias e as fazendas das lojas dos dois prédios haviam sido salvas, entretanto, as paredes do prédio desmoronaram em parte do prédio vizinho de número 31.



Durante todo o dia, as chamas continuaram e terminaram por consumir todo este prédio, onde Manoel Cardoso Ayres mantinha seu estabelecimento comercial e a sociedade Costa e Irmãos & C. A dimensão do sinistro foi tão intensa que compareceram ao local o presidente da província e o chefe da polícia. A notícia chamava a atenção pela necessidade de organização dos bombeiros.

O aparente fim melancólico da conhecida loja dos Cardoso Ayres parecia pôr fim aos negócios da família. Entretanto, no *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola* de 1875, o nome de Manoel Cardoso Ayres aparece nas listas de Encadernadores e de Pautadores de Papel. Embora não mais apareça na relação das lojas de livros da cidade, nota-se que ainda se mantém em atividades próximas ao mundo do livro. Estas atividades passaram a ser oferecidas na rua do Bom Jesus. Após o incêndio, a família se transferiu para este novo endereço, a mais importante rua do bairro do Recife, anteriormente chamada de rua da Cruz.

A trajetória da família Cardoso Ayres no negócio do livro nos traz alguns questionamentos. Não se sabe ao certo quando a livraria foi fundada, mas os primeiros anúncios aparecem na década de 1830. No anúncio publicado no *Diário de Pernambuco* em 11 de maio de 1831, divulgava-se a venda de um *Tratado sobre Escritura Comercial* disponível em dois formatos, em brochura, um pouco mais acessível 1\$280 réis e encadernado a 1\$600 na loja de João Cardoso Ayres, localizada na rua da Cadeia Velha, n. 15.

Nesta época ainda, havia poucas livrarias. Do que se sabe sobre as lojas de livros na cidade são poucas as evidências das práticas comerciais dos livreiros. Quase nada restou de documentação, a não ser os anúncios nos jornais retratados aqui como fotografias do momento. As possíveis listas de solicitação de remessas de livros ao exterior, livros contábeis, compras de materiais para a loja, lista de trabalhadores ou recibos de vendas, até o momento não foi possível encontrar nas visitas a Arquivos Públicos. Os poucos indícios da movimentação dos livreiros e sua atividade comercial são garimpadas em pequenas notas de jornais que nos oferecem pistas para que sejam realizadas novas buscas em outros tipos de documentação.



Como mencionado anteriormente, em muitos anúncios não se mencionava o nome do proprietário da loja de livros, restando-se apenas no endereço e a sorte de cruzar a informação com outras fontes. Em anúncios publicados no *Diário de Pernambuco* entre 1827 e 1829, encontramos o registro de pelo menos três livrarias, sendo Loja de Livros defronte da Igreja do Collegio, a Loja de Livros defronte do Palácio e a loja na rua da Cadeia, situada no número 26. Ainda não conseguimos confirmar se esta última loja pertencia ao Cardoso Ayres, já que a primeira informação que temos do estabelecimento em 1831 informa o endereço na mesma rua, embora em numeração diferente.

Durante a busca minuciosa por indícios dos livreiros, conseguimos localizar o inventário de João Cardoso Ayres⁴, fundador da loja e falecido em 1844. A análise do inventário tem ajudado a compreender as razões que levaram a atividade livreira dos Cardoso Ayres por tanto tempo. Sabe-se hoje que o negócio do livro era uma atividade pouco sustentável e, portanto, observa-se a existência das lojas de livros um tanto efêmera. As livrarias que apresentam maior tempo de vida chamam a atenção. Estudos indicam que estes empreendimentos de sucesso, geralmente, estão atrelados a outras atividades, como o negócio imobiliário e crédito.

Casos como estes foram observados por Jean-Yves Mollier ao inventariar a trajetória de importantes e longevos estabelecimentos editoriais franceses em contraponto ao amadorismo de outras livrarias durante o século XIX. Mollier (2010) destaca como os editores se tornariam grandes empresários ao tornar suas editoras em fábricas de *best-sellers* e manter a sobrevivência no concorrido mercado parisiense por meio de uma gestão perspicaz que envolvia estratégias na escolha dos autores, os ajustes necessários nas obras em favor do público dos leitores, as atividades de investidores. Aqui no Brasil, semelhante movimento pode ser observado na diversificação das atividades dos livreiros franceses que imigraram para o Rio de Janeiro Louis Mongie e Baptiste-Louis Garnier.

Louis Mongie, de família dedicada aos livros em Paris, chega ao Brasil em 1832 e logo instala a sua loja de livros e de papéis pintados. Os dois negócios se tornaram promissores por décadas. Registros indicam que Mongie emprestava capital, como o

⁴ O inventário de João Cardoso Ayres está localizado no Fundo de Inventários e Testamento do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.



processo impetrado Louis Fontaine em cobrança a uma dívida. A loja de livros de Mongie seria vendida em 1853, certamente por causa de problemas de saúde de seu fundador.

Já Garnier, se tornaria um dos mais importantes editores no Brasil até a sua morte em 1893. Chegou ao Brasil em 1844 e instalou a sua loja na mais famosa rua do Rio de Janeiro, a rua do Ouvidor. Assim como Mongie, Garnier era de uma família de editores-livreiros. A vinda de Baptiste-Louis Garnier era uma tentativa dos seus irmãos, proprietários da popular livraria *Garnier Frères* em abrir uma filial. Com o sucesso de Garnier no Brasil, a sociedade com os irmãos foi desfeita e Garnier se tornou como único proprietário. Assim como os irmãos, Baptiste-Louis manteve negócios imobiliários, que contribuíram para aumentar o seu patrimônio, juntamente com o crescimento da editora e livraria Garnier.

Retornando à Recife, a loja de livros dos Cardoso Ayres foi fundada pelo imigrante português João Cardoso Ayres, provavelmente nascido em 1765. O empreendimento se tornaria uma das mais importantes livrarias na época, mesmo após o falecimento de seu fundador em 1844, quando os filhos viriam a assumir os negócios do pai. Segundo o historiador Mário Sette (1945, P. 150), " gente velha e meninada sabia onde ficava a livraria do 'seu' Cardoso Aires" onde se discutiam os temas do momento, demandas locais e política. A loja vendia todo o tipo de livro, manuais, tratados de filosofia, química, aritmética, gramáticas e, posteriormente, romances populares.

O nome Cardoso Ayres está ligado a importantes personagens no Recife. Entre os dez filhos de João Cardoso Ayres com Maria da Conceição Ayres, registra-se Francisco Cardoso Ayres que se tornaria o Bispo de Olinda e Recife. Tanto Manoel como José Cardoso Ayres, mais envolvidos nos negócios do pai, participavam ativamente da então sociedade pernambucana⁵.

O inventário *post-mortem* de João Cardoso Ayres é bastante revelador por situar o negociante na camada privilegiada da sociedade. O inventário realizado em 1854 teve como inventariante o filho mais velho Manoel Cardoso Ayres. Logo após a morte do pai,

⁵ Cabe lembrar os nomes do artista plástico Lula Cardoso Ayres (1910-1987 e do pintor e caricaturista Emílio Cardoso Ayres (1890-1916), importantes artistas contemporâneos descendentes da família Cardoso Ayres.



a loja passou a ser conhecida como a loja da viúva do Cardoso Ayres. Entretanto, Maria da Conceição Ayres falece pouco tempo depois. A loja parece ficar nas mãos do filho José Cardoso Ayres como indicado na *Folhinha de Algibeira* para o ano de 1854.

O documento revela um total de quatro escravos no montante de 1:080\$000 e um total de 599\$360 em ouro e um total de 217\$000 em móveis. Da loja de livros, constam 466 livros em títulos variados e livros em branco. Além disto, constavam resmas de papel de diferentes qualidades no valor de 1:473\$125, maços de cartões, marroquim (normalmente usadas na encadernação) e penas de ouro totalizando um valor de 35\$200. A loja também tinha uma tipografia o que denunciava a atividade de impressão.

Os Cardoso Ayres também mantinham o negócio de loja de fazendas, atividade bastante promissora e concorrida. O caráter familiar de comerciante levou dois filhos à atividade de mercador de escravos. Em 1855, aparece na *Folhinha de Algibeira* o nome de Vicente Cardoso Ayres, morador da rua da Cruz na lista de vendedores de escravos. Enquanto o filho Bernardo Cardoso Ayres surge no jornal como mercador de escravos.

A análise do inventário ainda carece de aprofundamento, principalmente na investigação das redes de contato de João Cardoso Ayres, passível de observação na lista de credores. No entanto, este primeiro contato com o inventário traz algumas questões que podem ajudar a elucidar as estratégias de administração dos negócios da família. Os registros de conta corrente, controlados por João Cardoso Ayres, filho, mostram a posse de uma casa no sítio da Várzea e o recebimento do aluguel em 1838.

Na lista de dívidas anotadas pelo filho José Cardoso Ayres em 1839, descobre-se que João Cardoso Ayres mantinha uma firma intitulada Cardozo Ayres Irmãos e que restava uma dívida no valor de 2:243\$247. Entre os valores pagos, estava a compra de uma prensa litográfica comprada à L. Burguiere no valor de 50\$000 e o investimento em dez ações da Companhia de Beberibe. Tal fato, parece demonstrar capacidade de auto investimento do empreendimento familiar.

Entre as maiores dívida da loja de livros é com Feidel Pinto & C^a no valor de 4:793\$478. A empresa devia ser o principal fornecedor de papel e papelão para a loja como demonstra a aquisição de grande volume de resmas e papelão. O total das dívidas



passivas alcançaram um montante de 12:330\$373. Estas primeiras leituras ressaltam a intensa atividade na loja de livros.

Importante destacar que boa parte dos livros chegavam da Europa ou do Rio de Janeiro. O anúncio que saiu no *Diário de Pernambuco* em 1845, na edição 113, ilustra bem o último caso. Neste anúncio, alerta-se para a chegada do *Diccionario de Medicina Popular*, obra que foi publicada no Rio de Janeiro em 1843. Com bastantes detalhes, o anúncio descreve o conteúdo que os leitores devem se deparar, principalmente os lavradores como direciona o anúncio. Destaca-se ainda para as duas possibilidades de adquirir o livro, em brochura ou encadernado.

Várias questões começam a despontar como entender a relação dos Cardoso Ayres com os escravos, será que algum destes trabalhava na loja de livros? Quem eram as empresas credoras e quem eram as pessoas que deviam a loja? A loja enviava livros para outras províncias? Será que entre os credores constavam mercadores de livros, aqueles mediavam a compra nos principais centros editoriais na Europa?

Um outro aspecto a se considerar nesta pesquisa é entender como os Cardoso Ayres se relacionavam com os demais livreiros da cidade? Como já mencionado, um bom número de lojas de livros localizava-se na rua Collegio, conhecida assim porque era onde ficava o antigo colégio dos jesuítas. A rua do Collegio ficaria conhecida como a “Rua da Imprensa”, tal era a quantidade de jornais instalados nesta rua.

Considerações Finais

O intuito deste artigo foi levantar algumas questões para reflexão sobre o desenvolvimento da atividade livreira na cidade do Recife no século XIX. Destacamos parte da trajetória da livraria Cardoso Ayres, considerando a sua importância para o cenário cultural local, a sua posição social e o ciclo de vida do negócio.

O negócio do livro é um setor bastante sobrecarregado com riscos e dívidas para aquisição de matéria-prima, estoque de sortimentos de livros e de outras mercadorias.



Não existia a possibilidade de devolução das obras que não eram vendidas, assim era comum que os livreiros limitassem a compra em pequenas quantidades.

Muitos negociantes diversificaram suas atividades atrelando outras atividades. Embora não tenhamos encontrado anúncios sobre esta atividade, é provável que a loja dos Cardoso Ayres fizesse pequenas impressões e encadernações, já que haviam adquirido uma máquina tipográfica. Outras livrarias mantinham gabinetes de leituras como medida de fazer circular o estoque a preços muito módicos, estimulando também a leitura. Entretanto, tal atividade não foi identificada na gestão dos Cardoso Ayres.

O inventário de João Cardoso Ayres, o pai, tem sido bastante esclarecedor ao revelar algumas estratégias para sustentação do negócio, como investir o capital em maquinário. Para alguns historiadores, o mercado de livros parecia bastante promissor, embora a pouca durabilidade parecesse ser uma característica deste negócio, algumas livrarias despontavam ao longo de década. Este aspecto ressalta a relevância da loja dos Cardoso Ayres ao longo do tempo.

No caso deste trabalho, as primeiras impressões parecem destacar que a longevidade da loja de livros está atrelada a vários fatores internos e externos. Dos fatores internos, podemos relacionar as estratégias de gestão do negócio nas mãos dos filhos. Os fatores externos permitiram um crescimento da atividade livreira na cidade, como o desejo de progresso com as mudanças provocadas pelas transformações urbanas do presidente da província Francisco Rego Barros, futuro conde da Boa Vista, na necessidade de instrução, o trânsito de estudantes da faculdade de Direito, a popularidade dos romances, entre outros possíveis fatores.

A paisagem editorial no Recife começava a se transformar e muito devia-se ao papel desbravador dos primeiros livreiros e lojas de livros na cidade. As lojas de livros eram negócios familiares e como tal mantinham a família. Estas primeiras notas de pesquisa começam a ressaltar uma nova maneira de olhar os comerciantes de livros. Muito mais do que mediadores culturais, os livreiros devem ser observados através de suas lentes de negociantes, mais preocupados com o andamento e a sobrevivência do negócio.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Históricas

Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da província de Pernambuco para o anno de 1869. Recife: Typographia Universal, 1868.

Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da província de Pernambuco para o anno de 1875. Recife: Typographia Universal, 1874.

Diário de Pernambuco, 14 de maio de 1827.

Diário de Pernambuco, 30 de junho de 1829.

Diário de Pernambuco, 11 de maio de 1831.

Diário de Pernambuco, 30 de janeiro de 1871.

Inventário *post-mortem* de João Cardoso Ayres (1854). Fundo de Inventários e Testamento do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Folhinha de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas. Para o ano de 1854. Recife: Typographia de M. F. de Farias, 1853.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.*

Bibliografia

ABREU, Márcia; VASCONCELOS LUIZ, Sandra; VILLALTA, Carlos; et al. Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX.

BRAGANÇA, Aníbal. Francisco Alves na história editorial brasileira. In: [s.l.: s.n.], 1995, p. 1–15.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*. São Paulo: Martins Fontes. Vol. 2: Os jogos das trocas, 1998, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações. Memória e. Algés, Portugal: Difel, 2002.*

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: Edusp, 2004.*

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870. Universidade Federal de Pernambuco, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10974>>.

DHUIN-REBOLLEDO, Viera. *La Librairie et le crédit. Réseaux et métiers du livre à Paris (1830-1870)*. Vol. II. Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines, 2011.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *A Aparição do Livro. São paulo: Edusp, 2017.*

FREYRE, Gilberto. *Guia Prático, histórico e sentimental da Cidade do Recife. Recife: 1934*

FURTADO, Celso. *A Formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 2003.*

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil. São Paulo: Edusp, 2005.* Disponível em: <<https://www.skoob.com.br/livro/44319ED48609>>.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.*



- MCKENZIE, Donald. *Bibliografia e a Sociologia dos Textos*. São paulo: Edusp, 2018.
- MENDONÇA, Luis Carvalheira de. *Recife Mascate: a aventura empreendedora lusa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- MOLLIER, Jean-Yves. *O Dinheiro e as Letras. História do capitalismo editorial*. São Paulo: Edusp, 2010.
- MOLLIER, Jean-Yves. L ' histoire de l ' édition , une histoire à vocation. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, v. 43, n. 2, p. 329–348, 1996.
- REZENDE, Antonio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005.
- ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000
- SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. *Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado*. *Almanack*, n. 4, p. 5–45, 2012.
- SETTE, Mário. *Barcas a vapor*. São Paulo: Edições Cultura, 1945.
- SILVA, Ozângela de Arruda. *Pelas rotas dos livros: Circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891)*. Universidade Estadual de Campinas, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270037>>.
- VERRI, Gilda Maria Whitaker. *TINTA SOBRE PAPEL : Livros e Leitura na Capitania de Pernambuco entre 1759 e 1808*. Universidade Federal de Pernambuco, 2005.